

**Cópia:**

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 15/2023, em que é recorrente **Hélder Manuel Duarte da Lomba** e entidade recorrida o **Tribunal da Relação de Sotavento**.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 109/2023

(Autos de Amparo 15/2023, Hélder Manuel Duarte da Lomba v. TRS, Inadmissibilidade Por Não-Atributibilidade de Condutas ao Órgão Judicial Recorrido e por Ausência de Pedido de Reparação)

I. Relatório

1. O Senhor Hélder Manuel Duarte da Lomba interpôs recurso de amparo constitucional contra o *Acórdão TRS 40/2023, de 22 de março*, com o qual não se conformou, relacionando para tanto argumentos que se podem sumarizar da seguinte forma:

1.1. Quanto aos factos;

1.1.1. Na sequência do 1º interrogatório de arguido detido, por decisão do Tribunal da Comarca da Brava, foi-lhe aplicada medida de coação de prisão preventiva e por isso encontra-se preso na Cadeia Central do Fogo;

1.1.2. Após as diligências entendidas por convenientes pelo Ministério Público (MP) e dedução de acusação, foi julgado pelo Tribunal da Comarca da Brava que o condenou na pena de prisão de 8 anos pela prática de um crime de abuso sexual de criança, com penetração na forma continuada;

1.1.3. Inconformado com tal sentença intentou recurso para o Tribunal da Relação de Sotavento;

1.1.4. Entretanto, estando ainda pendente o recurso nesse tribunal, durante uma consulta efetuada pelo seu mandatário aos autos no dia 16-01-2023, este constatou que,

na sua perspectiva, a instrução nos presentes autos teria ocorrido com grave violação do art.º 35º, nº 6 e 7 da CRCV e art.º 77º, nº 1, al. b) do CPP, porque o MP teria proferido acusação sem dar cumprimento ao disposto no art.º 305º, nº 2, do CPP.

1.1.5. Por essa razão, no dia 17 de janeiro de 2023, protocolou um requerimento no qual invocou a falta de audiência prévia do requerente por parte do MP, antes de deduzir acusação, por entender que tal omissão constituía nulidade insanável estatuída na alínea k) do art.º 151º do CPP, devendo por isso “ser anulado todo o processado e o processo remetido ao MP para os devidos efeitos”, propugnando ainda a sua soltura, por já terem sido esgotados os prazos previstos no art.º 279º, nº 1, al. a), b), e c) do CPP.

1.1.6. O TRS indeferiu o recurso do requerente, no essencial, recorrendo a argumentação segundo a qual o arguido havia sido ouvido pelo juiz no ato de primeiro interrogatório judicial e fundamentando no sentido de que a não audição do arguido antes da dedução da acusação prevista pelo artigo 305, parágrafo segundo, do CPP, não constituir nulidade insanável, mas antes uma invalidade que deve ser arguida, nos termos do número 2, alínea c), do artigo 152º do mesmo diploma, até ao encerramento da ACP ou, caso não haja lugar a esta, até cinco dias, após notificação do despacho que tiver encerrado a instrução. Na medida em que o despacho de acusação ocorreu no dia 18 de fevereiro de 2022 e o recurso do recorrente invocando a nulidade do despacho de acusação ocorreu no dia 17 de janeiro, entrou quase um ano depois da data em que deveria ter requerido a declaração de nulidade.

1.2. Do ponto de vista da análise jurídica,

1.2.1. É seu entendimento que essa fundamentação “afronta e vulnera o direito constitucional de audiência previsto no art.º 35º, nº 6 e 7 da CRCV, conjugado com art.º 77º, nº 1, al. b), art.º 151º, al. d) e art.º 305, nº 2, do CPP”;

1.2.2. Alega que o artigo 151 al. k) do CPP, introduzido pela alteração de 2021, é legitimado, segundo o que teria ficado assente no preâmbulo desse diploma legal, pela necessidade de se dar cabal cumprimento ao preceituado no nº 6 do artigo 35º da Constituição da República, e que, “por uma questão de coerência e alinhamento com esta novidade”, foi também alterada a redação do artigo 305, nº 2, do CPP de 2015;

1.2.3. Entende que “no CPP de 2021”, como o denomina, “o legislador quis e condicionou o instrutor do processo à audição prévia do arguido, antes de ser proferido o despacho de acusação, oferecendo provas e requerendo as diligências que se lhe afigurarem necessárias”. Logo, pela forma como se previu e impôs tal incumbência “oferecendo provas e requerendo as diligências que se lhe afigurarem necessárias”, ela não é satisfeita com o 1º interrogatório de arguido detido, porque se tratam de duas diligências distintas e com objetivos diferentes, embora possam ser identificadas algumas semelhanças. Para fundamentar o seu posicionamento remete para a doutrina e pelo defendido pelo Advogado João Felix Cardoso sobre essa questão em: *Especial Complexidade do Processo no Ordenamento Jurídico Cabo-Verdiano* – Iseditorial, 2021, p. 90;

1.2.4. Defende que a tese que vinha sendo largamente defendida pelo Ministério Público de que a audiência antes da acusação não era obrigatória, mas sim facultativa, foi claramente ultrapassada com a alteração do CPP de 2021, tese atualmente interiorizada por esse mesmo MP, pelo menos pelo que ficou patente nos Autos de Instrução nº 17/2021/2022;

1.3. Alega que, no caso em apreço, o “Ministério Público, concluiu, a instrução e proferiu o despacho de acusação, sem dar efetivo cumprimento ao direito de audiência do arguido previsto no art.º 35º, nº 6 e 7 da CRCV, e no artigo 77º, nº 1, al. b) do CPP, fulminando, aquela peça processual com nulidade insanável nos termos do art.º 151º, nº[???,] al. d) e k) e art.º 305º, nº 2” tendo em conta que, na data em que foi proferida a acusação, já se encontrava em vigor a *Lei nº 122/IX/2021*.

1.4. Pede que seja anulado o *Acórdão TRS 40/2023*, sejam restabelecidos os direitos do recorrente ao contraditório, à ampla defesa, à audiência, ao processo justo e equitativo e à liberdade sobre o corpo e seja adotada medida provisória determinando a sua soltura imediata.

2. Cumprindo o estabelecido no artigo 12 da Lei do Amparo, foram os autos com vista ao Ministério Público para emissão de parecer sobre a admissibilidade do recurso, o qual, subscrito por sua Excelência o Senhor Procurador-Geral da República, no essencial, ofereceu argumentação no sentido de que:

2.1. Do que se alcança dos autos afigurar-se-ia que os mesmos não teriam condições de admissibilidade por se suscitarem dúvidas sobre a legitimidade do recorrente, pois que, compulsados os autos, não seria possível extrair do conteúdo do acórdão impugnado que o ora recorrente - Hélder Cristiano Andrade Vaz – teria sido interveniente processual nos autos do processo ordinário a que se refere, porque quem constaria como recorrente seria o arguido Hélder Manuel Duarte da Lomba;

2.2. Não obstante, acrescenta que, no caso em apreço, não lhe parece que se teriam esgotado todas as vias de recurso ordinário permitidas pela lei do processo porque as alegadas violações teriam ocorrido com a prolação do TRS;

2.3. Que, assim sendo, tendo os arguidos sido condenados pela Relação após a entrada em vigor da *Lei 122/IX/2021, de 1 de abril*, onde se incluiu a alínea i) do artigo 437 e tendo esse mesmo tribunal baixado as penas iniciais para penas inferiores a 8 anos de prisão, não confirmando a decisão de primeira instância, afigurar-se-lhe-ia que a decisão desse órgão judicial seria suscetível de recurso para o STJ.

2.4. Assim sendo, não resultando inequívoco que o recorrente teria legitimidade para interpor recurso de amparo e não tendo sido esgotados todos os meios de defesa de direitos, liberdades e garantias estabelecidas pela lei do processo, afigurar-se-lhe-ia inviabilizada a admissibilidade do presente recurso.

3. Marcada sessão de julgamento para o dia 11 de maio, nessa data se realizou, com a participação dos Venerandos Juízes-Conselheiros e do Senhor Secretário do Tribunal Constitucional.

3.1. O julgamento culminou com a adoção do Acórdão 97/2023, de 13 de junho, através do qual os juízes conselheiros decidiram que o recorrente deveria ser notificado para aperfeiçoar a sua peça: a) Resolvendo o problema da sua identificação, apresentando os dados pertinentes; b) Inserindo conclusões à sua peça; e, c) Precisando melhor a(s) conduta(s) que pretende impugnar.

3.2. A decisão foi notificada ao recorrente no dia 14 de junho, às 16:44. Em resposta à mesma o recorrente protocolou uma peça de aperfeiçoamento do seu recurso, no dia 16 de junho.

3.3. Na peça acima referida foi identificado como recorrente o Senhor Hélder Manuel Duarte da Lomba e foi inserida uma parte destinada às conclusões onde foi feita a exposição resumida, por artigos, os fundamentos de facto e de direito que justificam a petição;

3.4. Identificou como condutas que pretende impugnar:

3.4.1. Ter o Ministério Público da Comarca da Brava proferido despacho de acusação contra o requerente, enquanto arguido, sem o ouvir previamente;

3.4.2. Não ter o Tribunal da Comarca da Brava conhecido oficiosamente da nulidade da acusação por omissão do direito/obrigação de audiência prévia do arguido, pelo Ministério Público, antes da acusação;

3.4.3. Não ter o Tribunal da Relação de Sotavento atendido ao requerimento no qual o requerente solicitava que fosse conhecida a nulidade insanável da acusação por omissão do direito/obrigação de audiência prévia do arguido, pelo Ministério Público, antes da acusação e, consequentemente, da nulidade da sentença do Tribunal da Comarca da Brava.

4. Marcada nova sessão de julgamento para o dia 23 de junho, nessa data se realizou, com a participação dos Venerandos Juízes-Conselheiros e do Senhor Secretário do TC, dela decorrendo a decisão que se segue acompanhada dos fundamentos articulados *infra*.

II. Fundamentação

1. Do ponto de vista constitucional, o recurso de amparo é concebido como um direito fundamental de “requerer ao Tribunal (...) a tutela de (...) direitos, liberdades e garantias, constitucionalmente reconhecidos”, e também como um meio “de tutela de direitos, liberdades e garantias”, consagrando-se a sua dupla-natureza subjetiva e objetiva.

1.1. Direito este que é delimitado materialmente, na medida em que destinado à proteção direta de apenas uma das três categorias de direitos fundamentais previstas pela Lei Fundamental. Seriam os denominados direitos, liberdades e garantias, tanto os

individuais, como os de participação política e de exercício da cidadania e, arguivelmente, os dos trabalhadores. É verdade que se estende para recobrir os direitos análogos a direitos liberdades e garantias ou que portem características específicas com dimensões individuais e civis como, respetivamente, os direitos de proteção judiciária (*Acórdão 6/2017, de 21 de abril, Maria de Lurdes v. STJ, sobre pedido de desistência*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 898-903, 5; *Acórdão 9/2017, de 8 de junho, Martiniano Oliveira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 925-929, e); *Acórdão 13/2017, de 20 de julho, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 47, 8 de agosto de 2017, pp. 1024-1029, e); *Acórdão 24/2017, de 9 de novembro, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 78, 22 de dezembro de 2017, pp. 1692-1698, e); *Acórdão 12/2018, de 7 de junho, CIMA v. STJ*, Rel: JC Aristides R. Lima, Decisão de admissibilidade, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 49, 20 de julho de 2018, b; *Acórdão 16/2018, de 28 de julho, Luigi Zirpoli v. TJCP*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 49, 20 de julho de 2018, pp. 1298-1302, e); *Acórdão 17/2018, de 26 de julho, Amândio Vicente v. TRS*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 51, 3 de agosto de 2018, pp. 1328-1333, e); *Acórdão 22/2018, de 11 de outubro, Martiniano v. STJ, sobre o direito de acesso aos tribunais*, Rel: JC José Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 76, 22 de dezembro de 2018, pp. 1824-1835, 2; *Acórdão 3/2019, de 24 de janeiro, Ramiro Rodrigues v. TRB*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 28, 13 de março de 2019, pp. 480-486, e); *Acórdão 36/2022, de 12 de agosto, Ramiro Oliveira Rodrigues v. TRB, sobre violação do direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva por não-admissão de recurso designado pelo recorrente amparo ordinário por tribunal judicial*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 2, 5 de janeiro de 2023, p. 36-42, 2.1) e o direito à propriedade privada (*Acórdão 30/2019, de 30 de agosto, Atlantic Global Asset Management v. PGR, sobre violação do direito à propriedade privada, da garantia de juiz, da iniciativa privada e dos direitos à defesa, ao contraditório e de acesso às provas da acusação*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 110, 29 de outubro de 2019, pp. 1766-1789); ou ainda para situações que envolvam camadas de proteção essenciais que remetam a certos direitos, liberdades e garantias como a vida ou a integridade pessoal. Porém, fora desses casos, com a tendencial não-inclusão dos direitos económicos, sociais e culturais e dos direitos de grupos vulneráveis que não

portem características de direitos, liberdades e garantias, e também de princípios constitucionais objetivos, como, em diversos momentos, este Tribunal já decidiu (*Acórdão 11/2017, de 22 de junho, Maria de Lurdes v. STJ, sobre violação do direito de constituir família por não reconhecimento de união de facto*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho, pp. 933-950 e na *Coletânea de Decisões do Tribunal Constitucional de Cabo Verde*, Vol. III, Praia, INCV, 2018 (2017), pp. 423-477, 20.1; *Acórdão 29/2017, de 5 de dezembro, Ovídio de Pina v. STJ*, Rel: JC Aristides R. Lima, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 6, 1 de fevereiro de 2018, pp. 75-93, 20.1; *Acórdão 06/2018, de 22 de março, Adilson Danielson v. STJ*, Rel: JC Pina Delgado, *Boletim Oficial*, I Série, N. 21, de 11 de abril de 2018, pp. 495-505, 2; *Acórdão 27/2018, de 20 de dezembro, Judy Ike Hills v. STJ, sobre violação de garantia de inviolabilidade de domicílio, de correspondência e de telecomunicações e de garantia da presunção da inocência na sua dimensão de in dubio pro reo*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 11, 31 de janeiro de 2019, pp. 146-178, 2.1.1). Por conseguinte, trata-se de um recurso especialmente desenhado para proteger uma categoria especial de direitos que goza de regime de tutela mais intenso: os direitos, liberdades e garantias.

1.2. E que fica processualmente condicionado ao esgotamento das vias ordinárias de recurso, opção da qual resulta um figurino constitucional que produz diversos efeitos.

1.2.1. Desde logo, a conceção de que todos os tribunais cabo-verdianos são tribunais de proteção de direitos, nos termos da sua respetiva jurisdição, cabendo efetivar essa tutela através dos processos ordinários desenhados pela lei, dos processos especiais previstos pela Constituição como o *Habeas Corpus* ou o recurso contencioso administrativo, ou daqueles que venham a ser definidos pelo legislador, nos termos do artigo 22, parágrafo sexto, segundo o qual “[p]ara a defesa dos direitos, liberdades e garantias individuais, a lei estabelece procedimentos judiciais céleres e prioritários que assegurem a tutela efetiva e em tempo útil contra ameaças ou violações desses mesmos direitos, liberdades e garantias” (*Acórdão nº 36/2022, de 12 de agosto, Ramiro Oliveira Rodrigues v. TRB, sobre violação do direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva por não-admissão de recurso designado pelo recorrente de amparo ordinário por tribunal judicial*, Rel: JC Pina Delgado, 5.1.3).

1.2.2. E, em consequência, a subsidiariedade do recurso de amparo, recurso constitucional de natureza especial, ao qual só se pode lançar mão, depois de se explorar os mecanismos que correm perante os tribunais ordinários para que estes possam conhecer e garantir a tutela desses mesmos direitos.

1.3. E caracterizado pelo seu informalismo, urgência e sumariedade, conforme decorre da alínea b) do artigo 20, segundo a qual ele “pode ser requerido em simples petição, tem caráter urgente e o seu processamento deve ser baseado no princípio da sumariedade”.

1.4. Por conseguinte, está-se perante um direito fundamental e um recurso constitucional desenhado especialmente para a proteção de direitos, liberdades e garantias, que pode ser utilizado subsidiariamente quando os meios ordinários de tutela de direitos que correm os seus trâmites perante os tribunais judiciais ou outros, a existirem, falham. Tais características impõem que a própria lei de processo constitucional que desenvolve os procedimentos atinentes ao recurso de amparo seja interpretada como uma lei restritiva de direito cujo figurino básico se deve manter dentro dos confins dos números 4 e 5 do artigo 17 da Constituição, ainda que parte do regime possa ser legitimamente fixado pelo legislador em razão da remissão à lei (“nos termos da lei”), desde que não se atinja de modo ilegítimo as características essenciais do instituto impostas pelo próprio dispositivo constitucional (“e com observância [obrigatória, diga-se] do disposto nas alíneas seguintes (...)).”

2. As exigências da peça de recurso de amparo são as consagradas nos artigos 7º e 8º da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, os quais impõem, respetivamente, que:

2.1. A petição seja:

2.1.1. Interposta através de simples requerimento, com indicação expressa de que o recurso tem a natureza de amparo;

2.1.2. Devidamente fundamentada; e

2.1.3. Entregue na Secretaria do Tribunal Constitucional.

2.2. Quanto ao que a lei designa de “fundamentação do recurso”, exige-se que o recorrente, através da peça,

2.2.1. Identifique a entidade, o funcionário ou o agente autor do ato ou da omissão, bem como os interessados a que o provimento do recurso possa diretamente beneficiar ou prejudicar, havendo-os;

2.2.2. Indique com precisão “o ato, facto ou a omissão” que, na sua opinião, violou os seus direitos amparáveis;

2.2.3. Indique com clareza quais deles terão sido vulnerados, “com a expressa menção das normas ou princípios jurídico-constitucionais que entende terem sido violados”;

2.2.4. Exponha resumidamente as razões de facto que fundamentam o pedido, bem como “formul[e] conclusões, nas quais resumirá, por artigos, os fundamentos de facto e de direito que justificam a petição”;

2.2.5. Esta deverá “terminar com o pedido de amparo constitucional no qual se indicará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos, liberdades ou garantias violados”, devendo vir acompanhada dos “documentos que julgar pertinentes e necessários para a procedência do pedido”.

2.3. O objeto dessas disposições é determinar o modo de interposição e definir a estrutura da peça processual, de tal sorte que, de forma célere e simplificada, se permita ao Tribunal Constitucional identificar os elementos constitutivos da súplica para que possa decidir sobre a sua admissibilidade, sobre eventuais medidas provisórias aplicáveis e, subsequentemente, sobre o seu mérito.

2.3.1. De um lado, através da facilitação do acesso a esses elementos que decorreriam do modo de organização da peça e da entrega direta no Tribunal Constitucional;

2.3.2. Do outro, pelo facto de se impor um determinado conteúdo à mesma, na medida em que, do ponto de vista do número 1 do artigo 8º, primeiro, remete-se, através das alíneas a) e b); para a identificação das condutas lesivas (“ato, facto ou a omissão”) e

para o órgão do poder público ao qual podem ser imputadas (“a entidade, o funcionário ou o agente autor do ato ou da omissão”); segundo, por meio da alínea c), aos direitos, liberdades e garantias vulnerados por aquelas (“indicar com clareza os direitos, liberdades e garantias fundamentais”) e às disposições onde estariam alojados ou os princípios de onde podem ser inferidos (“com a expressa menção das normas ou princípios constitucionais que entendem terem sido violados”); terceiro, nos termos do número 2 da mesma disposição, à explicitação do amparo que se pretende para se remediar a eventual lesão (“a petição terminará com o pedido de amparo constitucional no qual se indicará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos, liberdades e garantias fundamentais violados”). A argamassa que ligaria esses três elementos decorreria dos fundamentos de facto e de direito que justificam a petição, como também se impõe apresentar, conforme o disposto nas alíneas d) e e) do parágrafo primeiro da primeira disposição.

2.3.3. A regra é que, do ponto de vista da articulação da petição de amparo, deve haver o estabelecimento de uma ligação lógica entre cada conduta impugnada, as posições jurídicas decorrentes do(s) direito(s) que ela vulnera e o amparo adequado para a remediar através da fundamentação. O que se tem verificado até agora é que na maior parte dos casos, isso é muito deficientemente articulado, lançando-se para a peça de recurso, sem grande precisão e racionalização, uma pluralidade de condutas a que globalmente se imputam violações de um conjunto diversificado de direitos, e remetendo-se para amparos genéricos ou impossíveis. O Tribunal Constitucional desde o *Acórdão nº 10/2017, de 8 de junho, Adilson Danielson v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 929-933, b), tem tolerado a interposição de vários amparos que não cumprem essas exigências qualitativas, considerando que a disposição deve ser lida sempre de forma compatível ao direito constitucional ao amparo, no sentido de que “mais importante que o rigor formal é a inteligibilidade do que se expõe e se requer”. Mas, a duras penas, considerando a grande dificuldade que se tem para se compreender o que se impugna, o que se pede e os fundamentos que suportam as petições. A Corte Constitucional continuará – transitoriamente – aberta a privilegiar as admissibilidades, suprimindo ela própria, eventuais deficiências das peças, mas, depois de vários anos de prática do amparo em Cabo Verde, é preciso entrar numa nova fase mais exigente, sustentada numa melhor qualificação.

2.3.4. Na presente situação, o requerente apresentou o seu requerimento na secretaria do Tribunal Constitucional, indicando expressamente que se tratava de recurso de amparo. Porém, a sua peça não cumpria na sua plenitude a forma prevista na lei, desde logo porque não foi feita a correta identificação do recorrente e, além disso, por não se ter indicado com a precisão necessária as condutas que se pretendia impugnar e também por não ter incluído na mesma um segmento conclusivo resumindo por artigos os fundamentos de facto e de direito que suportavam os seus pedidos.

2.3.5. Assim sendo, o Tribunal julgou necessário determinar que fosse notificado o recorrente para suprir as deficiências da sua peça, resolvendo o problema da identificação do recorrente, mediante apresentação de dados pertinentes, inserindo a parte conclusiva em falta e precisando melhor a(s) conduta(s) que pretende impugnar.

2.4. O recorrente apresentou a sua peça de recurso no dia 16 de junho de 2023, cumprindo o prazo estabelecido na Lei do Amparo e do *Habeas Data* para o efeito, identificando-se como sendo o Sr. Hélder Manuel Duarte da Lomba, incluindo na sua peça uma parte destinada às conclusões, resumindo por artigos os fundamentos de facto e de direito que suportam os seus pedidos e indicando como condutas que pretende impugnar:

2.4.1. Ter o Ministério Público da Comarca da Brava proferido despacho de acusação contra o requerente, enquanto arguido, sem o ouvir previamente;

2.4.2. Não ter o Tribunal da Comarca da Brava conhecido oficiosamente da nulidade da acusação por omissão do direito/obrigação de audiência prévia do arguido, pelo Ministério Público, antes da acusação;

2.4.3. Não ter o Tribunal da Relação de Sotavento atendido ao requerimento no qual o requerente solicitava que fosse conhecida a nulidade insanável da acusação por omissão do direito/obrigação de audiência prévia do arguido, pelo Ministério Público, antes da acusação e, consequentemente, da nulidade da sentença do Tribunal da Comarca da Brava.

2.4.4. Mais especificamente, dispondo a Constituição que a tramitação do amparo deve ser baseada no princípio da celeridade, as condições para tanto devem começar a ser criadas pelos próprios jurisdicionados apresentando devidamente as suas peças,

calibrando a extensão da sua argumentação, precisando os elementos nucleares do recurso em termos de identificação de conduta atribuível a poder público, indicação dos parâmetros de escrutínio e definição do amparo pretendido, a tríade que compõe a estrutura vital deste recurso. Sendo certo que em relação aos derradeiros, a legislação de processo constitucional aplicável – neste caso, o artigo 24, parágrafo segundo, da Lei do Amparo e do *Habeas Data* – permite a esta Corte suprir deficiências de indicação de parâmetros e amparos, além de ser um risco que, desnecessariamente, o recorrente não deve assumir, posto que se trata de ato discricionário do Tribunal (note-se, num caso e no outro, a utilização da expressão “pode”) – que utilizará quando entender justificado e conveniente – isso, a) consome sempre muito mais tempo; b) desvia a atenção individual dos juízes de outros aspetos da aferição de admissibilidade; c) aumenta a carga de esforço do Coletivo em arbitrar ele próprio parâmetros e amparos. E, d), no mínimo, pode resultar no adiamento da apreciação do pedido de amparo, se não na sua inadmissão.

2.4.5. Como foi acima referido, perante as deficiências da sua petição inicial o recorrente foi notificado do *Acórdão 97/2023, de 13 de junho, Hélder Manuel Duarte da Lomba ???/Hélder Cristiano Andrade Vaz ??? v. TRS, Aperfeiçoamento por obscuridade na identificação do recorrente; ausência de conclusões e falta de precisão na indicação das condutas impugnadas*, Rel: JCP Pina Delgado, para aperfeiçoar a sua peça, resolvendo o problema da sua identificação, inserindo conclusões e precisar melhor a(s) conduta(s) que pretendia impugnar. Contudo, se em relação à questão da identificação e ausência de conclusões se pode admitir que foram supridas tais insuficiências, já no que tange à indicação com precisão das condutas impugnadas o recorrente não logrou colmatar integralmente tais deficiências, porque, pelo menos em relação à terceira conduta impugnada utiliza um termo, “atender”, com significado ambíguo, que não permite saber se quer desafiar ato do órgão judicial recorrido de não ter conhecido os argumentos que arrolou e/ou os pedidos que fez ou o facto de não ter considerado procedentes as suas alegações. Considerando que a primeira hipótese conduziria a uma via sem a mínima correspondência com o conteúdo do ato judicial impugnado, excecionalmente o Tribunal acolhe a segunda, sem, no entanto, deixar de aproveitar a ocasião para reiterar que o aperfeiçoamento da indicação de condutas depende de elas serem inequivocamente precisadas através de terminologia linguística e tecnicamente adequada, em moldes que não fiquem dúvidas sobre as pretensões do recorrente.

3. Com essa observação, consegue-se depreender as condutas que pretende impugnar e a entidade que as terá empreendido, os direitos que entende terem sido violados e, genericamente, intui-se o amparo último que almeja obter, aspetos que serão avaliados adiante, se for necessário. Isso porque diz que:

3.1. As condutas que pretende impugnar são as que se consubstanciam no facto de:

3.1.1. Ter o Ministério Público da Comarca da Brava proferido despacho de acusação contra o requerente, enquanto arguido, sem o ouvir previamente;

3.1.2. Não ter o Tribunal da Comarca da Brava conhecido oficiosamente da nulidade da acusação por omissão do direito/obrigação de audiência prévia do arguido, pelo Ministério Público, antes da acusação;

3.1.3. Não ter o Tribunal da Relação de Sotavento atendido ao requerimento no qual o requerente solicitava que fosse conhecida a nulidade insanável da acusação por omissão do direito/obrigação de audiência prévia do arguido, pelo Ministério Público, antes da acusação e, consequentemente, da nulidade da sentença do Tribunal da Comarca da Brava.

3.2. Que violariam vários direitos fundamentais como o direito de audiência, o direito a um processo justo e equitativo e o direito à liberdade sobre o corpo;

3.3. E por isso seria merecedor do amparo de anulação do *Acórdão TRS 40/2023, de 22 de março*, e de anulação de todo o processado até a acusação do MP, inclusive, determinando-se a audiência prévia do requerente pelo Ministério Público antes de este proferir a acusação.

4. Antes de continuar, cuida o Tribunal de verificar se os pressupostos gerais de admissibilidade se encontram preenchidos, caso seja necessário, ressaltando-se que:

4.1. Por força do artigo 20, parágrafo primeiro, da Constituição da República, e do artigo 18, alínea a) da Lei de Organização, Funcionamento e Processo do Tribunal Constitucional, é evidente que este tribunal é competente em razão da matéria,

considerando que se imputa ao órgão judicial recorrido a violação de direito, liberdade e garantia;

4.2. O recorrente, na medida em que, nos termos do artigo 20, parágrafo primeiro, se arroga ser titular de posição jurídica com essa natureza, e de, conforme a parte final do número 1 do artigo 4º da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, ser pessoa direta, atual e efetivamente passível de ser afetada pela conduta impugnada, já que, tendo sido arguido em processo penal e tendo ficado condenado a uma sanção criminal, possui legitimidade processual ativa, atestando-se igualmente a legitimidade passiva, o mesmo ocorrendo com a entidade recorrida que praticou o ato ao qual se imputa a lesão dos direitos nos termos da orientação geral (v. *Acórdão 29/2021, de 3 de junho, António Veiga e Outros v. PGR*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 88, 16 de setembro de 2021, pp. 2264-2270, c)).

4.3. Por fim, tratando-se de recurso referente a questão suscitada em processo que corre os seus termos nos tribunais regulado pelo artigo 5º, parágrafo primeiro, o prazo de interposição é de vinte dias contados da data de notificação da decisão que se recusou a reparar a violação praticada, e por força do artigo 1º da *Lei do Amparo* e do artigo 50 da *Lei do Tribunal Constitucional*, com suspensão de contagem aos sábados, domingos e feriados, conforme remissão para o Código de Processo Civil.

4.3.1. No caso em análise, o recorrente foi notificado do acórdão impugnado no dia 22 de março de 2023, às 15:52, através de mensagem enviada ao seu mandatário por correio eletrónico;

4.3.2. Tendo o seu recurso de amparo dado entrada na secretaria do Tribunal Constitucional no dia 20 de abril do mesmo ano, conclui-se que terá sido recebido em tempo, por o dia 7 de abril ser feriado nacional, suspendendo nesse dia a contagem do prazo de 20 dias para a interposição do recurso, nos termos do artigo 5º da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, conjugado com o disposto no artigo 137, número 2, do CPC.

5. A construção adequada da peça ou o seu aperfeiçoamento permitem que o Tribunal Constitucional, antes de tudo, consiga identificar o centro nevralgico do escrutínio de amparo – a conduta impugnada – que se constituirá no objeto do recurso. Podendo materializar-se tanto num ato, como numa omissão, a conduta corresponde a um

comportamento de uma entidade à qual se imputa a vulneração de um direito, liberdade e garantia. É a isso que se refere tanto o artigo 20 da Lei Fundamental quando remete à “tutela dos seus direitos, liberdades e garantias fundamentais (...)”, como o artigo 2º da Lei do Amparo, quando se refere à “prática de factos ou à omissão de atos ou factos”. Isso desde que em relação aos atos, nos termos do artigo 2º, número 3, da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, estes não assumam natureza legislativa ou normativa, devendo o Tribunal Constitucional recusar qualquer impugnação que ataque diretamente norma constante de dispositivo legal ou equiparado, como, de resto, tem feito ao recusar-se a admitir recursos de amparo que impugnem normas (*Acórdão 35/2019, de 18 de outubro, Alírio Barros v. TRS sobre indeferimento de recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade por não aplicação de norma impugnada*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 110, 29 de outubro de 2019, pp. 1813-1828, 2., *Acórdão 11/2017, de 22 de junho, Maria de Lurdes v. STJ, sobre violação do direito de constituir família por não reconhecimento de união de facto*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho, pp. 933-950 e na *Coletânea de Decisões do Tribunal Constitucional de Cabo Verde*, Vol. III, Praia, INCV, 2018 (2017), pp. 423-477, 2.3.4, *Acórdão 15/2017, de 26 de julho, INPS v. STJ, sobre a constitucionalidade do nº 2) do Art. 3º e o Art. 2º do DL 194/91, na interpretação que lhe foi dada pelo Presidente do STJ, no sentido de que fixa um prazo de recurso de cinco dias, independentemente de se tratar de um litígio decorrente de relação de trabalho estabelecida ou de litígio tendente à constituição de uma relação de trabalho*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 35, 6 de junho de 2018, pp. 844-856 e na *Coletânea de Decisões do Tribunal Constitucional de Cabo Verde*, Vol. IV, INCV, 2018 (2017), pp. 137-176, 2.2.1, *Acórdão 22/2018, de 11 de outubro, Martiniano v. STJ, sobre a violação do direito de acesso aos tribunais por decisão de deserção de recurso*, Rel: JC José Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 76, 22 de dezembro de 2018, pp. 1824-1835, 5. e 6, *Acórdão 29/2019 e Acórdão 39/2022, de 28 de outubro, Tecnil Imobiliária e Alfredo de Carvalho v. PGR*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 2, 5 de janeiro de 2023, pp. 42-49, ii), estabelecendo claramente a distinção entre o objeto de recursos de amparo e o objeto de recursos de fiscalização concreta da constitucionalidade. Na medida em que a aplicação de qualquer ato normativo poderá ser impugnada através deste último recurso constitucional dificilmente se pode considerar o dispositivo legal que exclui do objeto do recurso de amparo atos públicos como portador de um vício de inconstitucionalidade.

5.1. No caso concreto, o recorrente apresenta como condutas lesivas:

5.1.1. Ter o Ministério Público da Comarca da Brava proferido despacho de acusação contra o requerente, enquanto arguido, sem o ouvir previamente;

5.1.2. Não ter o Tribunal da Comarca da Brava conhecido oficiosamente da nulidade da acusação por omissão do direito/obrigação de audiência prévia do arguido, pelo Ministério Público, antes da acusação;

5.1.3. Não ter o Tribunal da Relação de Sotavento atendido – no sentido de “provido” – o/ao requerimento no qual o requerente solicitava que fosse conhecida a nulidade insanável da acusação por alegada omissão do direito/obrigação de audiência prévia do arguido, pelo Ministério Público, antes da acusação e, consequentemente, da nulidade da sentença do Tribunal da Comarca da Brava.

5.2. Dando-se por preenchida essa imposição legal que fixa o próprio objeto do recurso, caso ele seja admitido.

6. E, além disso, é determinante para se identificar os direitos potencialmente atingidos pela conduta lesiva, uma etapa essencial para se verificar se a conduta em causa é passível de ser amparada, do que depende, de uma parte, de estar em causa posição jurídica dependente de direito, liberdade ou garantia ou direito que se pode beneficiar do regime de proteção desta categoria de direitos, e, da outra, de, em potência, ser ato que pode ser diretamente atribuível ao órgão judicial recorrido por este poder ter responsabilidade direta, imediata e necessária na sua violação, portanto de esta poder ser-lhe imputável de alguma forma.

6.1. No presente caso o recorrente invoca vários direitos, que, por serem garantias fundamentais associadas à liberdade sobre o corpo e ao direito à proteção judiciária, são passíveis de serem amparados;

6.1.1. Daí, dar-se por preenchida essa exigência formal incontornável, seja pela sua localização sistemática, seja pela sua natureza intrínseca de garantias associadas ao direito à liberdade sobre o corpo, ou de direitos análogos de proteção judiciária.

6.1.2. Assim, dúvidas não persistirão de que são, respetivamente, garantias fundamentais em matéria criminal ou direitos análogos a direitos, liberdade e garantias, logo amparáveis.

6.1.3. Excluindo-se desse rol, naturalmente, as regras do Código de Processo Penal elencadas na peça.

6.2. A determinação final da ocorrência de violação imputável ao órgão judicial recorrido é feita na fase de mérito. No momento de avaliação da presença dos pressupostos e requisitos de admissibilidade basta que o Tribunal avalie a possibilidade racional e abstrata de a conduta impugnada ser suscetível de ter sido praticada direta, imediata e necessariamente pela entidade recorrida.

6.2.1. Neste particular, verifica-se que o recorrente imputa explicitamente, a primeira conduta, ao Ministério Público e, a segunda, ao Tribunal da Comarca da Brava. O que desde logo impossibilita esta Corte de dar continuidade à análise de admissão de tais condutas, alegadamente violadoras de direitos, liberdades e garantias, porque não foram atribuídas direta, imediata e necessariamente ao ato ou omissão do órgão recorrido – o Tribunal da Relação de Sotavento – nos termos do artigo 3º, parágrafo primeiro, alínea b), da Lei do Amparo e do *Habeas Data*. Acrescendo que em relação às mesmas não estaria preenchido o pressuposto de se ter invocado a lesão do direito logo que o recorrente dele tenha tido conhecimento.

6.2.2. Em relação à terceira conduta – esta sim, imputável ao Tribunal recorrido – o recorrente alega que “[u]m outro facto, que violou direitos amparáveis do requerente, é de o Tribunal da Relação de Sotavento, não ter atendido o requerimento do requerente no sentido de conhecer a nulidade insanável da acusação por omissão do direito/obrigação de audiência prévia do arguido pelo Ministério Público antes da acusação, e consequentemente, da nulidade da sentença do Tribunal da Comarca da Brava. O Tribunal recorrido não só conheceu da questão colocada no referido requerimento, como a analisou e decidiu como questão prévia (fls. 18 e 19 dos autos), indeferindo-o na parte respeitante à arguição de nulidade da acusação e, consequente, soltura, argumentando no essencial que “[a] não audiência do arguido, antes da dedução da acusação, prevista pelo nº 2, do artigo 305º do C. P. Penal, embora sendo obrigatória, não constitui nulidade insanável, mas sim constitui a nulidade prevista na alínea c), do nº 2, do artigo 152º, do mesmo

diploma legal, nulidade esta sanável, que deve ser arguida nos termos da alínea c), do n.º 3 do mesmo preceito legal, até ao encerramento da Audiência Contraditória Preliminar (ACP) ou, não havendo lugar a esta audiência, até 5 dias, após a notificação do despacho que tiver encerrado a instrução, ou seja, neste caso, da dedução da acusação”.

6.2.3. Neste sentido, a única conduta que pode ser atribuída ao TRS é esta, ficando as que não foram imputadas ao órgão judicial recorrido excluídas desde já, por serem, enquanto tais, inadmissíveis.

7. Um pedido de amparo de anulação do *Acórdão TRS 40/2023*, de 22 de março, e de anulação de todo o processado até a acusação do MP, inclusive, determinando-se a audiência prévia do requerente pelo Ministério Público antes de este proferir a acusação, pode ser considerado congruente com o que se estabelece no artigo 25 da Lei do Amparo e do *Habeas Data*.

8. Ademais, consideram-se pressupostos especiais aplicáveis às situações em que o recurso de amparo é colocado contra conduta do poder judicial que ela seja expressa e formalmente invocada no processo logo que o ofendido tenha dela recebido comunicação, que se tenham esgotado as vias legais de recurso e que tenha sido requerida reparação.

8.1. A lei coloca, deste modo, um ónus sobre o titular do direito de suscitar a questão no processo logo que o ofendido tenha tido informação sobre o ocorrido, uma exigência que depende de o recorrente ter tomado conhecimento da violação, nomeadamente através de comunicações judiciais ou de consultas aos autos, e de haver mecanismos processuais previstos para alegar o que entender em sua defesa.

8.1.1. Neste caso, a única conduta em avaliação para efeitos de admissibilidade só pode ter sido praticada pelo TRS primariamente, porque foi este Tribunal que não deu provimento ao requerimento do recorrente alegando que se tinha preterido obrigação de audiência prévia do arguido antes de o MP proferir acusação, conjugado com *ratio decidendi* nos termos da qual a preterição desse dever conduziria a nulidade passível de sanção, a qual, não sendo arguida em tempo, ficaria convalidada.

8.1.2. Independentemente de questão de se saber se diligência preliminar não seria necessária, o que se enfrentará adiante, pode-se dizer que em relação à conduta

especificamente imputável ao TRS, o recorrente alegou-a logo que dela teve conhecimento, ainda que trazendo diretamente a questão ao TC.

8.2. De outra parte, dispõe o artigo 6º que “o recurso de amparo só poderá ser interposto depois de terem sido esgotados todos os meios legais e todas as vias de recurso ordinário estabelecidas pela respetiva lei de processo”.

8.2.1. A fórmula utilizada vai num sentido extremamente amplo porque referindo-se a meios legais abarca mecanismo que seja idóneo assegurar a defesa de direitos e interesses legítimos seja ela pré-decisório, decisório ou pós-decisório; ordinário, extraordinário ou especial. Do que decorre o efeito evidente de que, neste caso, por motivos evidentes, enquanto os mecanismos pré-decisórios de tutela através da submissão de requerimentos vários podem ser absorvidos pela necessidade de recurso ordinário decorrente do segundo segmento da disposição, o facto de inexistirem recursos ordinários disponíveis não isenta os titulares do direito de terem de utilizar qualquer via legal decisória prevista na respetiva lei de processo, desde que ela seja hábil a produzir o efeito de proteção do direito. Isso, na medida em que preservado o poder jurisdicional do tribunal recorrido em relação à questão colocada, por exemplo uma nulidade, este possa revogar a sua própria decisão.

8.2.2. Na situação concreta que temos em mãos, não sendo situação que legalmente permitisse mais um recurso ordinário, por força do estabelecido no artigo 437, parágrafo primeiro, alínea i), do CPP, de acordo com a qual não seriam recorríveis os “acórdãos condenatórios proferidos em recurso, pelas relações, que confirmem as decisões de primeira instância e apliquem pena de prisão não superior a oito anos”, haveria que se verificar se o recorrente, tendo a possibilidade de colocar a questão invocando o segmento do artigo 408, parágrafo segundo, da lei de processo em causa – o Código de Processo Penal – não o fez. O preceito estabelece que “será lícito ao tribunal, oficiosamente ou a requerimento, suprir nulidades, retificar erros materiais ou quaisquer omissões, inexatidões ou lapsos manifestos, esclarecer dúvidas existentes na decisão e reformá-la quanto a custas”. Naturalmente, não se colocando questão de ter havido erro material incidente sobre a própria decisão, a única causa que interessará seria a da supressão de nulidades, seja do processo, seja da decisão, seria decisivo verificar se era exigível esgotar esta via legal pós-decisória também.

8.2.3. Neste particular, pode-se dizer que o recorrente utilizou todas as vias ordinárias e legais previstas pela lei de processo em causa para fazer valer os direitos de sua titularidade que julga terem sido violados, na medida em que não seria exigível atacar em sede de incidente pós-decisório as condutas ainda em apreciação pelo facto de isso ter o efeito de se atacar o próprio mérito da decisão. Assim sendo, o Tribunal Constitucional dá por ultrapassada a barreira do esgotamento de todas as vias legais disponíveis na lei de processo da qual emerge o recurso de amparo, deixando em aberto a possibilidade de isso gerar efeitos sobre o preenchimento do pressuposto subsequente.

8.3. Dispõe a lei que o pedido de amparo contra condutas do poder judicial depende de ter “sido requerida reparação”, condição essencial para, por um lado, garantir que os tribunais judiciais, que também são órgãos de proteção de direitos, possam reparar eventuais lesões que tenham ocasionado, e, do outro, evitar que o Tribunal Constitucional seja inundado de súplicas de amparo que pudessem ter sido resolvidas e ultrapassadas através da intervenção dos tribunais judiciais e garantir que quando ele intervenha todos os argumentos já tenham sido apresentados e discutidos e a questão já esteja estabilizada e amadurecida. Sendo assim, tendo o *Acórdão 11/2017, de 22 de junho, Maria de Lurdes v. STJ, sobre violação do direito de constituir família por não reconhecimento de união de facto*, Rel: JC Pina Delgado, 1.2.2, assentado entendimento de que é mister verificar se uma imputação de vulneração de direito que é submetida foi precedida da colocação da questão ao órgão judicial recorrido em moldes que este a pudesse apreciar e reparar, a partir do *Acórdão 13/2017, de 20 de julho, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 47, 8 de agosto de 2017, pp. 1024-1029, esta Corte Constitucional tem sustentado a imprescindibilidade de se confirmar que houve pedido de reparação, passando, já na fase de admissibilidade, a avaliar o cumprimento do disposto na alínea c) do número 1 do artigo 3 em conjugação com o disposto no artigo 6. Portanto, para haver esgotamento das vias ordinárias de recurso é preciso que se prove ter invocado perante a instância recorrida a violação do direito alegadamente violado em termos perceptíveis, que se tenha requerido a sua reparação, que a violação não tenha sido reparada e que, no momento em que se requer o amparo ao Tribunal Constitucional, processos paralelos, passíveis de garantir a tutela do direito, não estejam a tramitar em qualquer outra instância (*Acórdão 28/2020, de 24 de julho, Alex Saab v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 139, 23 de dezembro de 2020, p. 2168-2172, d); *Acórdão 57/2020, de 2 de dezembro, Alex Saab v.*

STJ, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no Boletim Oficial, I Série, N. 16, 12 de fevereiro de 2021, p. 565-573, d); *Acórdão 40/2021, de 14 de setembro, Alex Saab v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, 15 de outubro de 2021, p. 2571-2579, d); *Acórdão 45/2021, de 6 de outubro, Amadeu Oliveira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, 15 de outubro de 2021, p. 2604-2610, d)).

Havendo, por motivos evidentes, flexibilidade para se o fazer através de meios ordinários ou extraordinários, é exigência incontornável que se assim se proceda – e, talvez, sobretudo, nos casos em que a violação primária só pode ser atribuída ao último tribunal na cadeia decisória – tanto nos casos em que se lhe atribui uma violação por ação, como uma violação por omissão. Nesta situação concreta, o que se observa é que

8.3.1. É que não parece que tenha cumprido o ónus de confrontar o órgão recorrido com a sua própria violação, pedindo a competente reparação, na medida em que a razão que serviu da *ratio decidendi*, e que sempre se imporia, é o facto de o tribunal recorrido ter entendido que a “não-audição do arguido, antes da dedução da acusação, prevista pelo número 2, do artigo 305, do [do CPP], embora sendo obrigatória, não constitui nulidade insanável, mas sim constitui a nulidade prevista na alínea c), do n.º 2, do artigo 152, do mesmo diploma legal, nulidade esta sanável, que deve ser arguida nos termos da alínea c), do número 3, do mesmo preceito legal, até ao encerramento da [ACP] ou, não havendo lugar a esta audiência, até cinco dias, após a notificação do despacho que tiver encerrado a instrução, ou seja, neste caso, da dedução da acusação. *In casu*, o despacho de acusação ocorreu no dia 18 de fevereiro de 2022, e o recurso do recorrente invocando a nulidade do despacho de acusação ocorreu no dia 17 de janeiro de 2023, ou seja, quase um ano após o prazo em que o recorrente deveria arguir tal nulidade. Assim, com base no que foi dito *supra* é de se inferir o requerimento do arguido Hélder, no que respeita à arguição da nulidade da acusação e consequente soltura”.

8.3.2. Os argumentos que o recorrente trouxe para contestar os fundamentos decisórios do órgão judicial recorrido a partir de 4.17, atribuindo aos mesmos as violações dos seus direitos tinham de ser colocadas antes ao órgão judicial recorrido para que ele as pudesse apreciar e eventualmente reparar antes de trazer pedido de amparo ao Tribunal Constitucional.

8.3.3. Por conseguinte, era exigência incontornável que pedido de reparação dirigido ao TRS se seguisse ao ato judicial impugnado na sequência da sua notificação ao recorrente. Porém, tendo o mesmo recebido a notificação da decisão a seguir à sua prolação não alega, nem se depreende dos autos, que tenha pedido reparação no concernente às três condutas assinaladas.

8.3.4. Destarte, não parece a este Tribunal que o pressuposto especial de pedido de reparação foi cumprido pelo recorrente, inabilitando esta Corte Constitucional a conhecer a questão no mérito (*Acórdão 14/2018, de 28 de junho, Edmir de Barros e Outros v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 49, de 20 de julho de 2018, d); *Acórdão 21/2018, de 16 de outubro, Edmir Smedo v. Diretor da Cadeia Central da Praia e Ministra da Justiça*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 68, de 25 de outubro de 2018, d); *Acórdão 04/2019, de 24 de janeiro, Eduina Ferreira v. Tribunal Judicial da Comarca do Paul*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 28, de 13 de março de 2019, d); *Acórdão 21/2019, de 27 de junho de 2019, Edgar Silva v. TRB*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 79, de 22 de julho de 2019, d); *Acórdão 22/2019, de 27 de junho, Elton Dias v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 79, de 22 de julho de 2019, d); *Acórdão 25/2019, de 1 de agosto, Eder Yanick v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, de 26 de setembro de 2019, d); *Acórdão 40/2019, de 11 de outubro, António Veiga e Outros v. PGR*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 6, de 14 de janeiro de 2020, d); *Acórdão 44/2019, de 20 de dezembro, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 6, de 14 de janeiro de 2020, d); *Acórdão 47/2019, de 31 de dezembro, Admilson Tavares e Jeremias Montrond v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 14, de 4 de fevereiro de 2020, d); *Acórdão 04/2020, de 14 de fevereiro, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 25, de 3 de março de 2020, d); *Acórdão 07/2020, de 6 de março, Sanou Moussa v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 86, de 23 de julho de 2020, d); *Acórdão 26/2022, de 24 de junho, Anilton Vieira e Leocádio da Veiga v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 94, de 28 de setembro de 2022, d)).

9. Como se tem considerado em outras ocasiões, a ausência de uma das condições de recorribilidade é suficiente para conduzir à inadmissão do recurso, ficando sem efeito útil qualquer inquérito sobre a presença ou não das causas especiais de inadmissão previstas pelo artigo 16, alínea e) e f), da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, nomeadamente as de manifestamente não estar em causa violação de direitos, liberdades e garantias ou de o Tribunal já ter rejeitado, por decisão transitada em julgado, recurso com objeto substancialmente igual.

10. Na sua petição de recurso o recorrente requereu ainda que lhe fosse concedida medida provisória apresentando apenas alegações de forte probabilidade de existência do direito, não apontando qualquer elemento que demonstrasse, fundamentadamente, que da demora da adoção de medidas provisórias poderia resultar prejuízo irreparável ou de difícil reparação, ou a própria inutilidade do amparo, articulando-as da seguinte forma: “[a]ssim, em 17.01.2023, apresentou um requerimento invocando a ocorrência de falta de audição prévia do requerente por parte do MP antes de deduzir acusação, o que consubstancia na nulidade insanável prevista na alínea k), do art.º 151º. do C. P. Penal devendo ser anulado todo o processado e o processo remetido ao MP para os devidos efeitos, sem prejuízo da soltura do mesmo por já ter sido esgotado os prazos previstos no art.º 279º, n.º 1 al. a), b) e c) do CPP”.

10.1. Como fica evidente, o pedido de decretação de medidas cautelares limitou-se a argumentar no sentido da existência de um direito líquido e certo, sem dedicar o mínimo esforço a demonstrar a existência de danos irreparáveis ou de difícil reparação e muito menos a descaraterizar os interesses públicos ou de particulares que podiam ser invocados para justificar a não-concessão do requerido. Mas, não será necessário discutir esta questão no âmbito dos presentes autos, posto que tendo o Tribunal já fixado orientação no sentido de que existe uma relação indissociável e instrumental entre o amparo destinado a remediar situações de violação de direitos, liberdades e garantias e as medidas provisórias requeridas no âmbito dos mesmos autos (*Acórdão 08/2019, de 14 de fevereiro, João Batista Delgado v. TJCP*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 29, de 14 de março de 2019, p. 509-511, II.).

10.2. E tendo a mesma orientação sido adotada, sem qualquer desvio, pelos seguintes arestos: *Acórdão 21/2018, de 16 de outubro, Cleidir Semedo v. Diretor da Cadeia Central da Praia e Ministra da Justiça*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no

Boletim Oficial, I Série, N. 68, de 25 de outubro de 2018, p. 1648-1655; *Acórdão 04/2019, de 24 de janeiro, Eduina Ferreira v. Tribunal Judicial da Comarca do Paul*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 28, de 13 de março de 2019, p. 484-490, d); *Acórdão 22/2019, de 27 de junho, Elton Dias v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 79, de 22 de julho de 2019, p. 1227-1232, d); *Acórdão 40/2019, de 11 de outubro, António Veiga e Outros v. PGR*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 6, de 14 de janeiro de 2020, p. 121-131, d); *Acórdão 44/2019, de 20 de dezembro, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 6, de 14 de janeiro de 2020, p. 151-155, d); *Acórdão 26/2020, de 09 de julho, Vanda de Oliveira v. TJCSV*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 139, de 23 de dezembro de 2020, p. 2152-2157; *Acórdão 28/2020, de 24 de julho, Alex Saab v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 139, de 23 de dezembro de 2020, p. 2168-2172, d); *Acórdão 57/2020, de 27 de dezembro, Alex Saab v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 16, de 12 de fevereiro de 2021, p. 565-573, d); *Acórdão 29/2021, de 03 de junho, António Veiga e Outros v. PGR*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim oficial* N. 88, de 16 de setembro, p. 2264-2270, d); *Acórdão 34/2021, de 11 de junho de 2021, Anilson Silva v. CSMJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim oficial* N. 88, de 16 de setembro, p. 2299-2305, d); *Acórdão 40/2021, de 14 de setembro, Alex Saab v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, de 15 de outubro de 2021, p. 2571-2579, III; *Acórdão 41/2021, de 14 de setembro, Alex Saab v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, de 15 de outubro de 2021, p. 2580-2590, III; *Acórdão 45/2021, de 06 de 22 outubro, Amadeu Oliveira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, de 15 de outubro de 2021, p. 2604-2610, III, *Acórdão 51/2021, de 25 novembro, Pedro Veiga v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 5, de 17 de janeiro de 2022, p. 95-99, III, *Acórdão 56/2021, de 06 de dezembro, Ognochukwo Barros v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 5, de 17 de janeiro de 2022, p. 121-126, III.; *Acórdão 12/2022, de 8 de março, António Monteiro v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 30, de 5 de abril de 2022, p. 909-916, III.; *Acórdão 18/2022, de 19 de abril, Ivan Jorge Fernandes v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 65, de 1 de julho de 2022, p. 1590-1596, III; e *Acórdão 39/2022, de 28 de outubro, Tecnicil Imobiliária v. PGR*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim*

Oficial, I Série, n.º 2, de 5 de janeiro de 2023, p. 42-49, III. 10.3, será inócuo promover tal discussão. Do que decorre que a não-admissão do recurso de amparo prejudica a avaliação do pedido de decretação de medida provisória, o qual, em tais casos, deve ser, sem mais, liminarmente rejeitado.

III. Decisão

Pelo exposto, os juízes do Tribunal Constitucional reunidos em plenário decidem não admitir o recurso de amparo, ordenando o seu arquivamento, e negar a concessão de medida provisória.

Registe, notifique e publique.

Praia, 28 de junho de 2023

José Pina Delgado (Relator)

Aristides R. Lima

João Pinto Semedo

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 28 de junho de 2023.

O Secretário,

João Borges